

OUTUBRO 2026

206ª EDIÇÃO

GAZETA DO POVO

R E V I S T A

Imagem criada com Gemini-AI sobre foto de Pedro Vilela/Agência Brasil



DISCURSO DO MEDO

Defender reeleição de Lula em nome da independência entre poderes é falácia. Leia o editorial

Perdão de dívidas, estipulado pelo governo, revolta MEIs que pagam impostos em dia

Eleições presidenciais: Como pensam os nordestinos que abandonaram Lula

Índice

Editorial: Defender reeleição de Lula em nome da
independência entre poderes é falácia **04**

Rodrigo Constantino: Lula e Sarney são o retrato
do atraso **17**

Flávio Gordon: A falsa prudência do Comissário
Edson Fachin **21**

Como pensam os nordestinos que abandonaram
Lula **30**

“Qual a vantagem de fazer o certo?” Perdão de
dívidas de Lula revolta MEIs que pagam impostos
em dia **39**

Pacote de Alcolumbre pode aprovar Código Civil da
esquerda **47**

Como São Francisco de Assis inspirou Chesterton **55**

USUÁRIO DE ANDROID: PARA NAVEGAR UTILIZANDO OS
LINKS DE PÁGINA VOCÊ PRECISA DO APP ACROBAT READER



GAZETA DO POVO

CONHEÇA O SABER

Temas fundamentais não podem passar despercebidos. Acesse a homepage da Gazeta do Povo com conteúdos aprofundados e para reflexão

ACESSE AGORA!



*Lulistas agora defendem que é bom Executivo e Legislativo terem visões opostas.
(Foto: Gemini sobre foto de Leonardo Sá/Agência Senado)*

EDITORIAL

Defender reeleição de Lula em nome da independência entre poderes é falácia

Após a vitória significativa de candidatos conservadores e de direita nas eleições para o Senado e para a Câmara dos Deputados, um

argumento destinado a convencer indecisos surgiu na boca dos apoiadores do presidente Lula, candidato à reeleição. Segundo esses apoiadores, com maioria no Congresso, Flávio Bolsonaro teria o poder para implantar sem obstáculos a sua plataforma – e o argumento deixa subentendido que isso seria um risco enorme para o país –, enquanto Lula seria obrigado a negociar, a moderar suas posições e a fazer concessões.

É um raciocínio duplamente falso: porque a experiência dos governos lulistas mostra o contrário, mas especialmente porque ele reflete uma concepção completamente distorcida (e, por que não dizer, profundamente cética) da democracia.

Lula, por mais que ele diga (e outros digam dele) o contrário, nunca foi um democrata, e jamais soube lidar com um Congresso que não lhe fosse subserviente. Nos seus dois primeiros mandatos, a solução encontrada pelo petista foi comprar apoio parlamentar – assim nasceram o mensalão e o petrolão. No terceiro mandato, toda derrota importante sofrida por Lula no Congresso terminou no Supremo: “se eu não for ao STF, não governo mais o país”, disse o petista em meados de 2025, comentando a ação em que o Planalto pedia ao Supremo que derrubasse o decreto legislativo que cancelou um aumento ilegal no IOF.

O mesmo ocorreu em relação às nomeações políticas para estatais, ao marco temporal, à desoneração da folha de pagamento, à Lei da

Dosimetria: derrotado no Legislativo, o Executivo imediatamente buscava o Judiciário. Quem realmente acredita que em um eventual quarto mandato de Lula seria diferente?



Um voto bem dado pelo Brasil também é um voto de confiança na própria democracia e na possibilidade de vermos governantes trabalhando em conjunto pelo bem comum

Mas, falsidade factual sobre um hipotético “Lula conciliador” à parte, toda a construção que defende como única alternativa possível, no atual momento brasileiro, um Executivo que puxe para a esquerda e se contraponha a um Legislativo que puxa para a direita traz embutida uma ideia

muito equivocada sobre a democracia, como se ela só fosse possível com poderes eleitos pelo povo que fossem antagônicos entre si. A julgar por esse argumento, um alinhamento ideológico entre chefe de governo e parlamento seria necessariamente um perigo, ou algo até antidemocrático. Ora, isso é completamente ilógico e facilmente refutável observando-se a realidade de várias democracias mundo afora.

Se um eleitor tem determinada concepção político-ideológica, admira um líder em específico, aprova ou reprovava o atual governo, ou tem uma certa visão de mundo que guia suas escolhas, inclusive na urna, o mais natural – o esperado – é que ele vote de acordo com essas convicções independentemente dos cargos que estejam em disputa. E, se há eleitores suficientes para transformar tal concepção, admiração,

aprovação ou rejeição em um sentimento majoritário, o resultado lógico é que saiam eleitos tanto um Executivo quanto um Legislativo que olhem para a mesma direção. Em regimes parlamentaristas, aliás, isso é condição *sine qua non* para a formação de um governo: com raras exceções (que sempre resultam em instabilidade), um primeiro-ministro só governa com o apoio da maioria absoluta do parlamento (ainda que tenha de formar coalizões para isso), e cai quando esse apoio se perde. Quem, em sã consciência, haverá de alegar que esse arranjo seria antidemocrático?

Afirmar que só é democrático um arranjo em que Executivo e Legislativo sejam rivais político-ideológicos, ou defender que é melhor que seja sempre assim, é apostar no caos e na paralisia institucional, que normalmente se resolve ou pela corrupção, ou pelo ativismo

judicial, ou pela força. Há sistemas políticos que facilitam o surgimento dessa oposição: é o caso norte-americano, em que o eleitor, se estiver descontente com seu presidente, pode dar maioria ao partido adversário no Congresso nas eleições de meio de mandato. Mas o contrário também pode ocorrer (embora historicamente isso seja muito mais raro), ou seja, não se trata de um sistema desenhado especificamente para fomentar choque entre poderes, como se ele fosse uma necessidade.

E de fato esse antagonismo nunca foi uma necessidade. Todo o modelo tradicional da tripartição de poderes foi construído de forma que a contenção dos abusos se desse pelo sistema de freios e contrapesos, com atribuições específicas a cada um dos poderes. Oposição ideológica entre Executivo e Legislativo jamais

foi, em toda a história da filosofia política, um requisito para que houvesse independência entre os poderes; quem trata essa oposição como necessária está, na prática, considerando insuficiente o próprio modelo de tripartição, bem como o sistema de freios e contrapesos, acrescentando um elemento tão estranho à ordem democrática quanto a “harmonia” construída com base em subserviência dos demais poderes ao Executivo, como ocorreu na Venezuela chavista.

A descrença *a priori* na legitimidade de uma confluência entre Executivo e Legislativo é ilógica do ponto de vista político e mostra uma enorme desconfiança na classe política como um todo, como se fosse impossível a esses dois poderes construir uma parceria para governar bem. Se por um lado as advertências de Lord

Acton sobre o poder são verdadeiras, e se a classe política brasileira nem sempre dá bom exemplo, por outro lado a desconfiança absoluta só consegue corroer a própria democracia. E tal desconfiança, como afirmamos, se estende também ao sistema de freios e contrapesos, como se não houvesse ninguém capaz de frear um conluio daninho entre presidente e Congresso – nem Constituição, nem leis, nem o Poder Judiciário, nem a opinião pública, nem o próprio eleitor, chamado periodicamente a renovar seus representantes.

Temos explicado exhaustivamente neste espaço por que a derrota de Lula é necessária para que o país interrompa a espiral de degradação institucional, econômica e cívica que temos vivido. Nenhum voto é uma carta em branco para que um presidente ou congressistas façam o que

bem entenderem, mas um voto bem dado pelo Brasil também é um voto de confiança na própria democracia e na possibilidade de vermos governantes trabalhando em conjunto pelo bem comum – e, se isso por acaso não ocorrer, não faltará quem providencie a necessária correção, seja pela crítica quando se tratar de questões em que a divergência seja legítima, seja pela força da lei quando a autoridade a violar. É assim que democracias maduras funcionam.



[Voltar ao índice](#)



Sarney personifica o Brasil velho: o senhor que controla eleitores, cargos e favores, e que, quando conveniente, se alinha a quem está no poder. (Foto: Lula Marques/Agência Brasil.)

OPINIÃO

Rodrigo Constantino

Lula e Sarney são o retrato do atraso

A visita de Lula a José Sarney, em São Luís, poucos dias antes do segundo turno, não foi gesto

de cortesia a um ex-presidente de 96 anos. Foi o retrato, em cores vivas, do que ainda governa partes do Brasil: o coronelismo arcaico abraçado ao populismo de Estado. Lula, acompanhado de Janja, Roseana Sarney e outros aliados de sempre, foi prestar homenagem ao patriarca de um clã que por décadas tratou o Maranhão como propriedade privada. O encontro, registrado em fotos de sorriso largo, ocorreu depois de ato de campanha e à beira de uma eleição em que o petista precisa de cada voto do Nordeste. Não é nostalgia. É cálculo.

Sarney personifica o Brasil velho: o senhor que controla eleitores, cargos e favores, e que, quando conveniente, se alinha a quem está no poder. O PT de Lula que um dia se apresentou como antítese desse mundo, há muito tempo convive com ele. No Maranhão, as alianças com o

sarneysismo já atravessaram governos e oposições. O populismo atual apenas modernizou o método: em vez de cabresto puro, combina a estrutura oligárquica local com a distribuição massiva de benefícios federais. O resultado é o mesmo de sempre — a perpetuação da dependência.



O Brasil não precisa de mais abraços entre o velho coronelismo e o novo populismo. Precisa de ruptura com essa política suja — a que compra voto com recurso público, protege clãs locais e neutraliza a Justiça Eleitoral quando convém. Sem isso, o desenvolvimento continuará a ser promessa e a dependência, realidade

Os números do Maranhão mostram o preço dessa política. O estado tem o menor IDHM do país (0,745 em 2024) e o menor PIB per capita, em torno de R\$ 22 mil – menos da metade da média nacional. A extrema pobreza (renda inferior a US\$ 2,15 por dia) atinge cerca de 10% da população, a mais alta do Brasil; a pobreza (US\$ 6,85) chega a quase 46%. Quatro dos cinco municípios com menor PIB *per capita* do país estão no Maranhão. Décadas de domínio familiar e de clientelismo federal não produziram desenvolvimento; produziram eleitorado cativo e elites locais que se renovam no poder.

Esse modelo só se sustenta porque as instituições que deveriam fiscalizar o uso da máquina pública e a igualdade eleitoral estão aparelhadas ou paralisadas. A coluna de Roseann Kennedy no *Estadão* descreveu com precisão o esvaziamento

do TSE neste período eleitoral: o tribunal, que deveria ser protagonista, tem seu poder reduzido enquanto ministros do STF alinhados a interesses do governo tendem a neutralizar decisões de Nunes Marques e André Mendonça. O resultado é previsível – condutas que em tese violam a legislação passam sem consequência efetiva.

Uma reportagem da **Gazeta do Povo** deixa o quadro ainda mais claro. Especialistas em direito eleitoral, como Alexandre Rollo, apontam que o pacote de bondades anunciado por Lula às vésperas da eleição – reajuste do Bolsa Família, subsídios a combustíveis, Desenrola 3.0, Pix MEI, perdão de dívidas de MEIs e outras medidas – fere o artigo 73 da Lei 9.504/97, que proíbe condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos. O impacto fiscal

estimado pela Instituição Fiscal Independente do Senado beira R\$ 300 bilhões. Há ainda risco de abuso de poder político (Lei da Inelegibilidade) e descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. O governo nega; o TSE, até agora, tem sido leniente. A ação do Novo pedindo cassação já está no tribunal, mas o histórico recente sugere pouca disposição para enquadrar o ocupante do Planalto.

O voto de cabresto, portanto, não morreu. Apenas mudou de instrumento. Onde antes havia o coronel e o jagunço, agora há o cartão do Bolsa Família, a antecipação de pagamento, o crédito subsidiado e a propaganda institucional disfarçada de política social. Tudo isso em um Estado cuja estrutura política local continua sob influência das mesmas famílias. O TSE, cego ou amordaçado por composições políticas

superiores, não enxerga – ou não quer enxergar – a assimetria. A igualdade de armas na disputa eleitoral vira ficção.

O Maranhão é o caso extremo, mas o método se espalha. Onde a pobreza é profunda e o Estado é o principal provedor, o populismo eleitoral encontra terreno fértil. A combinação de oligarquia tradicional e máquina federal clientelista não é acidente; é o modelo de poder que ainda rende votos e cargos. Enquanto as instituições de controle permanecerem submetidas a cálculos partidários, o ciclo se renova.

O Brasil não precisa de mais abraços entre o velho coronelismo e o novo populismo. Precisa de ruptura com essa política suja – a que compra

voto com recurso público, protege clãs locais e neutraliza a Justiça Eleitoral quando convém. Sem isso, o desenvolvimento continuará a ser promessa e a dependência, realidade. A libertação começa quando o eleitor deixa de aceitar o cabresto, seja ele de couro ou de benefício social.



Rodrigo Constantino é economista pela PUC com MBA de Finanças pelo IBMEC, trabalhou por vários anos no mercado financeiro. É autor de vários livros, entre eles o best-seller “Esquerda Caviar” e a coletânea “Contra a maré vermelha”. Contribuiu para veículos como Veja, O Globo e Gazeta do Povo. Preside o Conselho Deliberativo do Instituto Liberal. **Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



Edson Fachin, presidente do STF, na sessão de 15 de outubro. (Foto: Victor Piemonte/STF)

OPINIÃO

Flávio Gordon

A falsa prudência do Comissário Edson Fachin

Quando, há coisa de um ano, Edson Fachin sucedeu a Luís Roberto Barroso na presidência do

Supremo, recorri aqui a Arthur Koestler e ao seu célebre par de opostos, o Iogue e o Comissário. Barroso, o Voltaire de Vassouras, fora o Iogue, sacerdote da transformação pelas consciências, perito em anestesiar a plateia com o incenso da inevitabilidade histórica. Fachin seria o Comissário, o camarada discreto e rigidamente disciplinado, fiel à linha partidária, a quem caberia impor a disciplina no terreno que o antecessor preparara. Previ que seu discurso se encheria de deveres constitucionais, integridade institucional e separação de poderes, e que todo esse vocabulário austero serviria a sentenças político-morais que ninguém votou. Arrematei chamando-o de Robespierre de Passo Fundo.

Passado um ano, devo uma correção ao leitor. Errei no figurino, não no diagnóstico. Imaginei que o Comissário viria de chicote em punho. Veio

de luvas. A disciplina que Fachin impõe não se anuncia como rigor, e sim como prudência, a mais insuspeita das virtudes e, por isso mesmo, a mais fácil de falsificar.



A disciplina que Fachin impõe não se anuncia como rigor, e sim como prudência, a mais insuspeita das virtudes e, por isso mesmo, a mais fácil de falsificar

No dia seguinte, Fachin suspendeu as duas decisões, a de Mendonça e a de Dino, invocando um “inconciliável conflito de posições judiciais” que lesaria a ordem pública e a integridade do tribunal. Eis a prudência em estado puro. Nem um nem outro, o justo meio aristotélico aplicado à guerra de liminares. Só que o meio-termo tinha

endereço certo. Suspensas as duas ordens, Andrei e Almada ficaram onde estavam, ou seja, exatamente onde o Planalto, Dino e Moraes queriam que ficassem. A balança de Fachin tem dois pratos e um só peso.

Chamemos o fenômeno de simetria de fachada. Consiste em tratar igualmente situações desiguais para obter, sob aparência de neutralidade, o resultado que um dos lados não conseguiria às claras. Rui Barbosa já ensinava, na *Oração aos Moços*, que tratar com igualdade os desiguais não é igualdade real, mas desigualdade flagrante. Fachin inverteu a lição e fez dela um método de chicana processual.

A simetria de fachada seguiu operando. Em 14 de setembro, a despeito das objeções de Mendonça,

relator do caso Master, a Polícia Federal entregou o conteúdo integral do celular do banqueiro Daniel Vorcaro aos gabinetes de Gilmar Mendes, Cristiano Zanin e Alexandre de Moraes. Não deixa de ser curioso que, entre os destinatários, figurasse justamente o ministro cujas relações com o banqueiro o plenário estava prestes a discutir. Na sessão extraordinária do dia seguinte, a sessão extraordinariamente vil que deveria deliberar sobre uma possível investigação de Moraes, Gilmar levantou uma questão de ordem para amarrar o caso do colega ao de Mendonça, e Dino pediu vista, empurrando a decisão para depois das eleições.

O presidente da corte, que prometera firmeza, assistiu a tudo como quem acompanha um rito de desfecho conhecido, sem se incomodar com os

humilhantes desaforos que lhe dirigiu o Camarada Rocambole. De Moraes, aliás, o autocastrado presidente já dissera tratar-se de “um magistrado que engrandece este tribunal”. Treze ex-ministros do Supremo lhe haviam escrito pedindo a apuração imediata e rigorosa dos fatos. Receberam um calendário.

Pouco depois, Fachin encampou a tese, cara ao governo e aos desafetos de Mendonça na corte, de que o relator praticava vazamento seletivo. O investigador passou a investigado. É a velha teoria das puras coincidências em versão togada. Quem aponta o dedo para o banqueiro acaba, por pura coincidência, com o dedo apontado para si.

Agora, o contraste. Em 8 de outubro, Luiz Fux, relator da ADPF 1.144, pediu acesso aos autos do

inquérito das *fake news*, o Inquérito do Fim do Mundo, aberto de ofício em 2019 e jamais encerrado. Não pedia publicidade. Pedia apenas para ver aquilo que lhe cabe julgar. Argumentou, com lógica elementar, que o sigilo existe para proteger a investigação e a intimidade dos investigados contra terceiros, não para impedir que o órgão encarregado de controlar a validade do ato saiba do que se trata. Fachin negou o acesso integral. Alegou a necessidade de análise individualizada e a existência de 104 procedimentos a digitalizar e organizar. Para Gilmar e Zanin, o celular de Vorcaro chegou inteiro. Para Fux, a burocracia do scanner.

Nada disso, convenhamos, deveria surpreender. Trata-se do mesmo Fachin que, em 2021, anulou as condenações de Lula na Lava Jato e devolveu ao país o candidato que hoje ocupa o Planalto. O

mesmo que avalizou as penas impostas por Moraes aos réus do 8 de janeiro. Nota-se que a pose moderada de Fachin é uma ilusão. Uma ilusão funcional, por óbvio.



O Robespierre de Passo Fundo fala em nome da integridade do tribunal, e por integridade entende a proteção da sua banda podre contra qualquer escrutínio

Tomás de Aquino chamava a prudência de *auriga virtutum*, a que conduz o carro das virtudes, a reta razão aplicada ao agir. Mas o Doutor Angélico, que conhecia bem a natureza humana, cuidou de catalogar também as suas falsificações. Entre elas estão a astúcia, que persegue um fim lançando mão de vias simuladas e aparentes, e a

prudência da carne, que ordena tudo à própria conservação. Nenhuma das duas é ausência de cálculo. Ambas são cálculo em excesso, posto a serviço do fim errado.

O Comissário de Koestler, recorde-se, acreditava que os fins justificam os meios. Fachin aprimorou a fórmula. Já não precisa justificar os meios, pois os apresenta como virtude. Robespierre também falava em nome da salvação pública. O Robespierre de Passo Fundo fala em nome da integridade do tribunal, e por integridade entende a proteção da sua banda podre contra qualquer escrutínio, seja do relator incômodo, seja do colega curioso, seja da sociedade civil como um todo.

São Paulo advertia aos romanos que a prudência da carne é morte. A da toga, pelo visto, é sobrevivência.



Flávio Gordon é doutor em Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É autor do best-seller “A Corrupção da Inteligência: intelectuais e poder no Brasil” (Record, 2017), que possui mais de 35 mil exemplares vendidos. É também autor das obras “Ideologias de Massa e suas Metamorfoses” e “O Mínimo sobre Gnosticismo (Cedet, 2024)”. **Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



Flávio Bolsonaro recebeu, em 2026, cerca de 1,6 milhão de votos a mais do que Jair Bolsonaro na região em 2022. (Foto: Luiz Roberto/TSE)

Ruptura com o PT

Como pensam os nordestinos que abandonaram Lula

Por Bruno Maffi

A insatisfação com o custo de vida, a perda de poder de compra e a avaliação negativa dos

resultados do governo estão entre as razões apresentadas por eleitores nordestinos que deixaram de votar no presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no primeiro turno das eleições 2026. No município de José de Freitas, localizado no interior do Piauí, o lavrador João Maria Rodrigues dos Santos relaciona sua mudança de voto às dificuldades enfrentadas por quem depende da aposentadoria rural. “No começo Lula fazia bem. Hoje a aposentadoria do lavrador pobre é sofrida, o dinheiro vai e volta sem valer. Por isso não voto mais nele”, afirma.

Em São Bento, na Paraíba, o funcionário público Acássio Dutra critica a condução do governo federal. Ele aponta o peso dos impostos e a redução do poder de compra. “É um governo que vem se arrastando há muitos anos e que não consegue corresponder aos anseios do povo. O

nosso povo está sofrido com tantos impostos, o poder de compra caindo, muita promessa e pouca ação”, diz.

Moradora de Imperatriz, no Maranhão, a professora Isabel Leal cita valores pessoais ao explicar por que não vota em Lula, como a defesa dos valores da família tradicional. Ao explicar o que espera de um governo, ela destaca as áreas que considera prioritárias para o país. “Considero fundamental apoiar um modelo de governo que priorize a liberdade econômica, a segurança pública rigorosa e garantindo um futuro mais seguro e estável para as próximas gerações”, ressalta.

Lula manteve a liderança no Nordeste no primeiro turno das eleições 2026, com Flávio

Bolsonaro (PL) tendo ampliado a votação na região em relação à obtida pelo pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro, em 2022. O candidato do PL recebeu 10.398.973 votos, o equivalente a 30,85% dos válidos. Lula, por sua vez, recebeu 21.494.584 votos na região, o equivalente a 63,77% dos válidos, e venceu nos nove estados nordestinos. O resultado de Flávio representa um crescimento de 18,3% em relação à votação obtida por Jair Bolsonaro na região quatro anos atrás, quando recebeu 8.787.394 votos, ou 26,97% dos válidos.

A diferença corresponde a cerca de 1,6 milhão de votos a mais para o campo político representado pelo senador. Já na comparação com os aproximadamente 7,5 milhões de votos de Jair Bolsonaro no Nordeste na primeira disputa presidencial dele, em 2018, o total de Flávio agora

no primeiro turno representa um aumento de cerca de 38,7%.

Alfredo Gaspar reforça presença de Flávio Bolsonaro no Nordeste

Vice na chapa de Flávio, o deputado federal Alfredo Gaspar (PL-AL) é apresentado pelo grupo político como alguém que conhece a região e as demandas da população nordestina. Durante a campanha no primeiro turno, Flávio e Gaspar participaram de agendas no Nordeste, além de Gaspar ter reforçado outros compromissos na região enquanto o senador cumpria atividades em outras regiões do país.

Flávio terminou o primeiro turno na frente, tendo recebido um total de cerca de 56,1 milhões de votos, ou 47,03% dos válidos. Lula recebeu

aproximadamente 53,8 milhões, correspondentes a 45,16%.

Apresentador Ratinho se une a Flávio na busca por votos no Nordeste

No último fim de semana, Flávio ganhou um garoto-propaganda a mais na disputa pelos votos no Nordeste: o apresentador Ratinho. Pai do governador do Paraná, Ratinho Junior (PSD), o comunicador foi a atração do programa eleitoral do PL exibido no sábado (17). Ao simular o “teste de DNA”, quadro tradicional no programa de Ratinho, a atração teve como objetivo desmentir informações propagadas pela campanha de Lula sobre a candidatura de Flávio. Citando o “povo do Nordeste”, Ratinho perguntou se Flávio iria acabar com o programa Bolsa Família.

O presidenciável negou que pretenda extinguir o benefício, assim como o próprio Sistema Único de Saúde (SUS), o programa Farmácia Popular e a aposentadoria. Ratinho ainda gravou um vídeo para as redes sociais, veiculado na sexta (16) e no sábado (17).

Na publicação, ele aparece ao lado de Flávio e chama os brasileiros a comparecerem à Avenida Paulista para a manifestação a favor do candidato, que foi então realizada no último domingo (18).



[Voltar ao índice](#)



Glaison Sanches, proprietário de uma estética automotiva: “Já deixei de investir na empresa para ficar 100% em dia com o governo” (Foto: Arquivo pessoal)

Microempreendedores individuais

Perdão de dívidas de Lula revolta MEIs com impostos em dia

Por Jana Fogaça, especial para a Gazeta do Povo

O perdão de dívidas tributárias anunciado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a 12 dias

do segundo turno das eleições presidenciais desagradou microempreendedores individuais (MEIs) que mantêm seus impostos em dia. Entre as críticas de quem precisou tirar dinheiro do próprio negócio ou comprometer o orçamento familiar para acertar as contas com o Fisco estão a falta de compensação para quem já pagou, o possível incentivo à inadimplência e a suspeita de uso eleitoral do programa.

A proposta inicial apresentada por Lula previa o perdão de aproximadamente R\$ 12,6 bilhões em débitos inscritos na Dívida Ativa da União, envolvendo cerca de 3,6 milhões de microempreendedores. Durante a tramitação no Congresso, o benefício foi estendido às dívidas ainda não inscritas, elevando o montante abrangido para aproximadamente R\$ 15 bilhões,

segundo levantamento publicado pela Folha de S. Paulo.

No dia 15 de outubro, o Senado aprovou o Projeto de Lei Complementar (PLP) 186/2026, que segue para sanção presidencial. O texto aprovado não prevê devolução dos valores já pagos. Quem quitou débitos ou desembolsou recursos para regularizar pendências não receberá de volta o dinheiro utilizado.

“E quem pagou seus impostos direitinho?”

A manicure Simony Cordeiro, de 45 anos, de Curitiba (PR), é MEI desde 2009. Ela conta que sempre manteve seus impostos em dia, com o auxílio de uma contadora, e não esconde a indignação. Simony questiona por que o governo decidiu beneficiar quem acumulou dívidas sem

apresentar uma compensação aos empreendedores que nunca deixaram de recolher os tributos. “Agora a pergunta que fica é: e quem pagou seus impostos direitinho, qual a vantagem que o governo vai oferecer para esses MEIs?”

A manicure também cobra explicações sobre a origem dos recursos que financiarão o pacote, diante da situação das contas públicas. Para ela, a iniciativa tem finalidade eleitoral e busca conquistar uma parcela expressiva do eleitorado. “Vejo isso como manobra de compra de votos”, afirma.

Glaision Liniker Sanches, de 35 anos, conhece as dificuldades de manter um pequeno negócio e também sabe o que significa acumular impostos atrasados. Dono da SanchesCar, empresa de

estética automotiva e acessórios em Curitiba, ele abriu seu MEI em 2016. Depois de passar aproximadamente três anos sem conseguir pagar os tributos, decidiu, em 2023, procurar um contador para renegociar a dívida.

A decisão veio após uma palestra sobre empreendedorismo em sua igreja, quando passou a refletir sobre a importância de cumprir as obrigações fiscais. “Se eu sonho em ser grande um dia, preciso começar do básico, que não é fácil”, aponta. Hoje, Glaison paga cerca de R\$ 85 mensais de DAS, além de R\$ 60 referentes ao parcelamento dos débitos antigos.

O dinheiro destinado à regularização fez falta em outras áreas da empresa. “Já deixei de investir na

empresa para que pudesse ficar 100% em dia com o governo.”

Por isso, ele considera injusto que empreendedores que buscaram renegociar suas pendências não tenham tratamento semelhante ao daqueles que ainda devem. “Sou totalmente contra, porque muitas das vezes tirei da boca da minha família para cumprir com as minhas obrigações de pagador de imposto”, desabafa.

A ampliação do perdão para débitos ainda não inscritos na Dívida Ativa não resolve todas as dúvidas sobre os parcelamentos anteriores. Os valores já pagos não serão restituídos, mas ainda é necessário esclarecer quais condições serão aplicadas às parcelas restantes. “A mensagem que o governo atual passa para o Brasil é de que vale a

pena se endividar e esperar que eles vão fazer um belo acordo”, critica.

A jornalista e consultora de comunicação Ynara Mattos, de 28 anos, do Rio de Janeiro, nunca acumulou débitos tributários. MEI há pouco mais de um ano, ela diz que, mesmo nos períodos de aperto financeiro, sempre reservou dinheiro para os impostos. A escolha teve consequências para sua atividade profissional. “Já deixei para depois a compra de materiais de trabalho e até mesmo investimentos em cursos e capacitações profissionais para conseguir manter os tributos em dia”, conta.

Ynara não é contrária à ajuda para quem enfrenta dificuldades financeiras e reconhece que o perdão poderá permitir a recuperação de pequenos negócios. Questiona, porém, a ausência de

incentivos para aqueles que também fizeram sacrifícios, mas conseguiram pagar. “A medida pode gerar uma sensação de falta de reconhecimento entre os microempreendedores que fazem sacrifícios para manter os tributos em dia, mesmo diante de dificuldades financeiras”, afirma. “Se o objetivo é apoiar os microempreendedores individuais, acredito que seria interessante avaliar medidas que contemplassem a categoria como um todo, incluindo a possibilidade de reduzir a carga tributária ou oferecer outras formas de alívio financeiro”.



[Voltar ao índice](#)



Novo Código Civil pode ser votado em ritmo acelerado no Senado mesmo que sua versão final não seja amplamente conhecida. (Foto: Carlos Moura/Agência Senado)

"Código surpresa"

Pacote de Alcolumbre pode aprovar Código Civil da esquerda

Por Marlice Pinto Vilela

O novo Código Civil pode se transformar em uma bomba jurídica de efeitos graves e duradouros

sobre a vida dos brasileiros. A proposta, marcada por problemas estruturais e com viés de esquerda, avança rápido em meio a articulações para uma aprovação atropelada no Senado nas próximas semanas, mesmo que sua versão final ainda não seja conhecida pela comunidade jurídica.

O projeto, em sua última versão conhecida, altera mais de 900 artigos do Código Civil de 2002 e cria outros 300, com dispositivos que colocam em risco o desenvolvimento econômico do país, favorecem o MST e avançam em temas de costumes, como o divórcio “express” e herança para amantes. O texto propõe um modelo restritivo do uso de redes sociais, facilitando o que alguns juristas classificam como “censura padrão Alexandre de Moraes”. Expressões vagas e genéricas da proposta dão superpoderes a juízes,

com potencial de instaurar insegurança jurídica e criar um ambiente perigoso para negócios e empresas.

A iniciativa da reforma partiu do ex-senador Rodrigo Pacheco (MG). Ainda na presidência do Senado, ele instituiu uma comissão de juristas encarregada de elaborar um anteprojeto para a atualização do Código Civil. A proposta deu origem ao Projeto de Lei nº 4/2025. Atualmente, o texto está em análise por uma Comissão Temporária Especial. O colegiado chegou a ser presidido pelo próprio Pacheco, mas ele deixou o Senado para assumir uma vaga de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). O senador Efraim Filho (PL-PB), que era o vice-presidente, assumiu o comando da comissão.

Nos bastidores, interlocutores ouvidos pela reportagem afirmam que há interesse em concluir a tramitação ainda este ano. A velocidade da possível aprovação contrasta com a dimensão das mudanças previstas, que afetam diretamente direitos e relações cotidianas dos brasileiros. A proximidade política entre Pacheco e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), fortalece a percepção de que a proposta conta com apoio da direção da Casa.

O histórico recente do Senado sugere que a vontade política de Alcolumbre costuma ter peso decisivo na definição das prioridades da Casa. A rejeição histórica da indicação de Jorge Messias para ministro do STF, a tramitação acelerada da indicação de Rodrigo Pacheco ao TCU e, mais recentemente, a aprovação da PEC 6x1 a dez dias do segundo turno demonstram a capacidade de

Alcolumbre de mobilizar o plenário em torno de seus interesses. A possibilidade de que o novo Código Civil receba tratamento semelhante é vista com preocupação por juristas e parlamentares que criticam o texto.

Segundo relatos, integrantes da cúpula do Senado já trabalham com um acordo para acelerar a tramitação da proposta. Outro fator que explicaria a pressa em aprovar a reforma ainda neste ano é a perspectiva de que o fortalecimento da bancada conservadora eleita para a próxima legislatura, que começa em 2027, dificulte sua aprovação. Para Judith Martins-Costa, professora de Direito Civil na USP e coordenadora do livro *Riscos e Impactos Econômicos do Projeto do Novo Código Civil (PL 4/25)*, a pressa é especialmente preocupante diante dos problemas que identifica no texto. “O projeto tem deficiências transversais

graves, que se projetam no inteiro sistema. As deficiências são na técnica legislativa; no conteúdo; na cultura jurídica subjacente; nas muitas contradições internas; na linguagem indeterminada, gerando ambiguidade e incoerência, além de conferir um poder desmedido ao julgador”, aponta a jurista.

“Código surpresa” avança sem debate suficiente com a sociedade

Além dos problemas envolvendo temas específicos do novo Código Civil, a preocupação é sobretudo com a forma como a proposta vem sendo conduzida no Senado. Com quase 900 emendas apresentadas durante a tramitação, especialistas afirmam que nem mesmo a comunidade jurídica conhece integralmente a

versão que poderá ser submetida ao plenário do Senado.

Segundo Martins-Costa, a proposta representa uma alteração profunda nas bases do Direito Privado brasileiro. O volume de mudanças e emendas é tão grande que até mesmo especialistas têm dificuldade para acompanhar qual versão do texto está efetivamente em discussão. "Com essas emendas, o Senado apresentou um outro Código, e esse não é ainda conhecido pelos professores de Direito Civil e pela sociedade. Teríamos, se for assim, além de um 'Código da Improvisação', um verdadeiro 'Código surpresa'", afirma.

Na avaliação da jurista, a eventual aprovação da proposta ainda neste ano também levantaria questionamentos sob a perspectiva democrática.

“Além do mais, penso ser antidemocrático votar ainda este ano, em plena mudança na composição do Legislativo, sem que os seus malefícios tenham sido suficientemente debatidos e digeridos”, complementa Martins-Costa.

Insegurança jurídica, superpoderes a juízes e Direito Digital concentram críticas

A forma de tramitação já desperta muitas críticas, mas os conteúdos das propostas também possuem problemas graves. Para juristas, diversas mudanças propostas podem aumentar a insegurança jurídica, ampliar a margem de interpretação dos juízes e elevar a judicialização de conflitos. “Caso o texto original do anteprojeto permaneça, e este seja aprovado, o Brasil pode ter um Código Civil pernicioso para a segurança jurídica e para o desenvolvimento econômico,

contribuindo para congelar ainda mais o ambiente de negócios e a recessão econômica”, afirma um jurista ouvido pela reportagem sob condição de anonimato.

Um dos focos de preocupação está nas mudanças relacionadas aos contratos, já que a proposta amplia significativamente as hipóteses de revisão judicial de acordos firmados entre as partes, enfraquecendo a segurança jurídica e reduzindo a previsibilidade das relações privadas. A **Gazeta do Povo** já mostrou que o texto abre 33 brechas para quebrar um contrato na Justiça.

Esse problema é ampliado com os termos da proposta que substitui critérios mais objetivos por conceitos abertos e indeterminados, ampliando a margem de interpretação dos magistrados e reduzindo a previsibilidade das

relações privadas. “Há uma verdadeira transferência do poder de legislar do Legislativo para o Judiciário”, avalia Martins-Costa.

A ampliação do poder judicial não é a única preocupação dos especialistas. O capítulo dedicado ao Direito Digital concentra algumas das críticas mais duras ao projeto por seus potenciais impactos sobre a liberdade de expressão e o funcionamento das redes sociais. “O livro sobre Direito Digital, por exemplo, é um dos mais preocupantes. Ele corporifica o projeto de poder autoritário de Alexandre de Moraes sobre as redes sociais”, conclui o jurista.



[Voltar ao índice](#)



G. K. Chesterton em 1912: a admiração por São Francisco de Assis vinha da infância e acompanharia o escritor até sua conversão ao catolicismo, em 1922 (Foto: Wikimedia Commons)

Igreja Católica

Como São Francisco de Assis inspirou Chesterton

Por Joseph Pearce, na Revista Suroeste

Chesterton desfrutou durante toda a sua vida de uma amizade com São Francisco de Assis.

Quando era um garotinho, muito antes de ter sequer uma noção da natureza do catolicismo, seus pais leram para ele a história de um homem que havia renunciado a todas as suas posses — inclusive às roupas que vestia — para seguir a Cristo na santa pobreza. Desde o momento em que Gilbert, com os olhos bem abertos, ouviu pela primeira vez a história de São Francisco, soube que havia encontrado um amigo. Assim, muito antes de se submeter à razão de Roma, Chesterton já havia sucumbido ao encanto de Assis.

Talvez inevitavelmente, ao deslumbre infantil seguiu-se a dúvida adolescente. Enquanto avançava às cegas em direção à maturidade, no início da década de 1890, Chesterton sucumbiu temporariamente ao sedutor poder dos decadentistas. Sob a carismática e iconoclasta

sedução de Oscar Wilde, o mundo de sua juventude parecia submetido à enlouquecida e enlouquecedora influência daqueles que preferiam as sombras do pecado e do cinismo à luz da virtude e da verdade. O próprio romantismo havia colocado a máscara da escuridão. Nessa atmosfera carregada de trevas, o jovem Chesterton escreveu um poema sobre São Francisco de Assis, publicado em novembro de 1892. As perguntas que formulava constituíam uma busca por respostas em um mundo dominado pela dúvida:

Não surge acaso uma pergunta de sua palavra de "irmão, irmã", que vem daquele sonhador solitário do qual hoje nos afastamos, se acaso as vidas que comoveram nossos irmãos hão de nos deixar às portas da escuridão?

O que seria o céu se tudo o que amamos ficasse inteiramente para trás?

É a casa luminosa de Deus o que habitamos, ou uma abóbada de escura confusão...?

Este poema, dedicado ao "sonhador solitário" de Assis, ilumina a escuridão da adolescência de Chesterton. O jovem poeta, buscando dar sentido às visões contrapostas da realidade que competiam por sua adesão, começava a perceber que os decadentistas haviam expulsado o irmão Sol para poder adorar a irmã Lua. Três anos após a publicação deste poema, a decadência wildeana havia apodrecido na sordidez dos tribunais policiais. O próprio Wilde se arrependeria e seria recebido na Igreja Católica em seu leito de morte. Em sua conversão, ele não fazia senão seguir muitos dos outros decadentistas, tanto na

Inglaterra quanto na França, que, tendo colocado os pés nas antessalas do inferno, haviam decidido, prudentemente, que não era um lugar onde desejavam passar a eternidade. Baudelaire, Verlaine, Huysmans, Beardsley, Johnson e Dowson haviam seguido todos o "caminho decadentista para Cristo", arrependendo-se de seus pecados e abraçando o perdão amoroso que se encontra na Igreja Mãe.

Paradoxalmente, o caminho para Cristo haveria de ser encontrado sempre na moral cristã implícita em grande parte da arte dos decadentistas, em particular, e de maneira mais memorável, na obra-prima de Wilde, *O Retrato de Dorian Gray*. Diga-se de passagem, e continuando o parêntese "decadentista", John Gray, um jovem amigo de Wilde que foi a inspiração original de "Dorian", também se converteu ao catolicismo.

Passou a estudar para o sacerdócio em Roma e foi pároco em Edimburgo até sua morte, na década de 1930. A verdade, ao que parece, não só é mais estranha que a ficção: ela tem, além disso, um final mais feliz!



Chesterton desfrutou durante toda a sua vida de uma amizade com São Francisco de Assis

A própria resposta de Chesterton, e sua réplica ao decadentismo da década de 1890, encontra-se em seu romance *O Homem que Foi Quinta-Feira*. Enquanto os decadentistas — buscando sua própria inspiração perversa no romantismo sombrio de Byron, Shelley e Keats — haviam arrancado as máscaras da "realidade" e descoberto a escuridão, Chesterton arrancou as máscaras da "realidade" (dos "anarquistas" de seu

romance) e descobriu a luz. Ao despontar o novo século, Chesterton havia saído do sonho irreal da decadência em direção ao despertar real de uma percepção cristã do cosmos. Nessa viagem da escuridão para a luz, teve, como aliado e companheiro constante, o "sonhador solitário" de Assis. Em 1º de dezembro de 1900, um dia após a morte de Wilde como católico em Paris, Chesterton, que ainda não era católico, cantava os louvores de São Francisco em um artigo publicado no *The Speaker*:

"Para a maioria das pessoas [...] há uma contradição fascinante na posição de São Francisco. Ele expressou, com uma linguagem mais elevada e audaciosa do que qualquer pensador terreno, a ideia de que o riso é tão divino quanto as lágrimas. Chamava seus monges de os saltimbancos de Deus. Nunca se

esquecia de se deleitar com um pássaro que passava como um flash diante dele ou com uma gota de água que caía de seu dedo: foi, talvez, o mais feliz dos filhos dos homens. E, no entanto, este homem fundou indubitavelmente toda a sua ordem sobre a negação daquilo que consideramos as necessidades mais imperiosas; mediante seus três votos de pobreza, castidade e obediência, negou a si mesmo, e negou àqueles a quem mais amava, a propriedade, o amor e a liberdade. Por que os espíritos mais generosos e poéticos daquela época encontraram seu ambiente mais propício nestas terríveis renúncias? Por que aquele que amava onde todos os homens eram cegos procurou cegar-se onde todos os homens amavam? Por que foi monge e não trovador? Estas perguntas são amplas demais para serem respondidas plenamente aqui, mas em qualquer biografia de Francisco ao menos deveriam ter

sido formuladas; suspeitamos que, se fossem respondidas, descobriríamos de repente que também se resolveu grande parte do enigma desta sombria época nossa".

Estas palavras, que poderiam ter servido de introdução à biografia de São Francisco que Chesterton publicaria 23 anos mais tarde, indicavam que o santo havia servido de antídoto contra o veneno da década anterior.

Em 1902, em *Doze Tipos*, Chesterton voltou a enaltecer São Francisco com uma lucidez e uma fé que haviam estado quase inteiramente ausentes da ambivalência interrogativa de seu poema de dez anos antes.

Em julho de 1922, Chesterton foi finalmente recebido na Igreja Católica. Oito semanas depois, recebeu o sacramento da Crisma e escolheu

Francisco como seu nome. Talvez fosse fácil sugerir que o motivo evidente dessa escolha era manifestar seu amor e respeito por Frances, sua esposa. No entanto, dificilmente seria de se surpreender que escolhesse o santo que havia sido o amigo de sua infância, o aliado de sua confusa adolescência e o companheiro de sua aproximação da fé. De qualquer forma, ambos os motivos não se excluem mutuamente. Ao agradar a sua esposa, ele também agradava a si mesmo.

Na época em que foi recebido na Igreja, Chesterton já projetava uma extensa biografia de São Francisco, que seria publicada no ano seguinte. Confirmando a importância do santo, escreveu que a figura de São Francisco "se ergue sobre uma espécie de ponte que conecta minha infância e minha conversão com muitas outras coisas". Tendo presentes estas palavras, não é

difícil imaginar que Chesterton tenha empreendido a escrita de *São Francisco de Assis*, tão pouco tempo após sua conversão, como um ato de agradecimento ao santo que, mais do que qualquer outro, o havia acompanhado em seu caminho em direção à fé.

A admiração que Chesterton sentia por São Francisco estava inextricavelmente unida à sua convicção de que a inocência infantil era superior a qualquer forma de cinismo. São Francisco e seus seguidores eram chamados de os *Jongleurs de Dieu*, os Jullares de Deus, pela inocência de sua alegria e pela alegria de sua inocência. “O *jongleur* era propriamente um *joculator* ou bufão; às vezes era o que nós chamaríamos de malabarista”. Essa síntese mística de riso e humildade — a crença de que brincar e rezar vão de mãos dadas — constituía o segredo do sucesso do santo. Em

última análise, porém, tanto o riso quanto a humildade fincavam suas raízes na gratidão porque, como alertou Chesterton com sua característica sagacidade franciscana: "Não há maneira de um homem poder ganhar uma estrela ou merecer um pôr do sol".

A vida de São Francisco escrita por Chesterton estava destinada a se tornar um de seus livros de maior sucesso comercial e crítico. Típica da entusiástica recepção dos críticos foi a opinião de Patrick Braybrooke, que descreveu o livro como “assombrosamente brilhante”: “A Igreja Católica encontrou no senhor Chesterton o melhor intérprete de seu maior santo”. Em última análise, contudo, o brilho do livro provinha do fato de que ele esbatia a distinção entre o chestertoniano e o franciscano. Por momentos, torna-se difícil distinguir entre a exposição que Chesterton faz

do espírito franciscano e sua explicação da filosofia chestertoniana. Ao longo das páginas do livro, Chesterton persegue o santo e se lamenta de que todas as explicações de seu caráter enigmático sejam "insuficientes demais para se mostrarem satisfatórias". O livro se desenrola como um jogo de esconde-esconde enviado pelo céu, semelhante à trama de *O Homem que Foi Quinta-Feira*: o homem que foi Francisco se revela tão difícil de capturar quanto o homem que foi Domingo. No entanto, tal como ocorre com a trama do romance, há algo emocionante na perseguição.

Quaisquer que sejam as limitações do livro como uma explicação plenamente satisfatória do santo, ele continua sendo uma aventura e um relato romântico rotundamente bem-sucedidos, fiéis ao verdadeiro espírito franciscano e chestertoniano.



Em julho de 1922, Chesterton foi finalmente recebido na Igreja Católica. Oito semanas depois recebeu o sacramento da Confirmação e escolheu Francisco como seu nome

Do início ao fim, Chesterton joga de gato e rato com o Jogonal de Deus. E, conforme a poesia do santo, pouco importa que a irmã gata não consiga pegar o irmão rato. O encanto está na perseguição. Àqueles que vão ler pela primeira vez o *São Francisco de Assis* de Chesterton, aguarda um prazer excepcional. Preparem-se para ficar encantados. Aproveitem a perseguição!



Voltar ao índice

PARA SE APROFUNDAR

- “Modelo BYD” de produção ameaça 90% dos empregos automotivos no Brasil, diz Stellantis
- Ofensiva de medo do PT na internet tende a aumentar rejeição a Lula
- Por que os protestos violentos são tão comuns na França
- Número de católicos cresce no mundo, mas porcentagem da população global se mantém
- Oito artistas que apoiam Lula, mas não votaram no primeiro turno
- Em crise, Cuba admite colapso histórico do transporte público e ônibus quase desaparecem das estradas

COMO RECEBER

As edições da Gazeta do Povo Revista vão estar disponíveis para download em PDF pelos nossos assinantes todos os sábados pela manhã no site do jornal. Também é possível se inscrever, para ser lembrado de baixar o arquivo, pelo [Whatsapp](#) ou pelo [Telegram](#). Se preferir receber por e-mail, você pode se inscrever na [newsletter](#) exclusiva para receber o link de download.

EXPEDIENTE

A Gazeta do Povo Revista é uma seleção de conteúdos publicados ao longo da semana no nosso site. Curadoria e formatação: Carlos Coelho, Daliane Nogueira e Marcela Mendes. Apoio: Jessica Lopes da Silva. Conceito visual: Claudio Cristiano Gonçalves Alves. Coordenação: Patrícia Künzel.

APLICATIVO

Caso seu acesso seja via aplicativo iOS, só é possível visualizar o pdf. Para fazer o download, recomendamos o uso do navegador de internet de seu celular.



Voltar ao índice